



Seção de Publicação do artigo: Relato de Experiência

**Procedimentos Operacionais para Conferências Municipais de Esporte:
Apresentando a experiência de Paranavaí (PR)**

Operational Procedures for Municipal Sports Conferences:
Presenting the Experience of Paranavaí (PR)

Procedimientos Operativos para Conferencias Municipales de Deporte:
Presentando la Experiencia de Paranavaí (PR)

Edson Hirata

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
chinahirata@gmail.com

Andressa Pelói Bernabé

andressa.bernabe@hotmail.com

Vanessa Mota Andrade

vanessa.andrade@ifpr.edu.br

Ana Carolina Felizardo Silva

anaccarolina2010@hotmail.com

Natália Nascimento Silva

natalia-nascimento0@outlook.com

Guilherme Chicarelle Lima

mergulheiz@gmail.com

Fernando Augusto Starepravo

Universidade Estadual de Maringá
fastarepravo@uem.br

Resumo

Introdução: O presente relato de experiência tem por objetivo descrever e analisar o processo de planejamento, execução e avaliação da I Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Paranavaí -PR (I CMELP), realizada em 2024, a partir de uma abordagem qualitativa e descritiva. **Metodologia:** A metodologia consistiu na sistematização de informações oriundas de atas, relatórios, decretos, observações participantes

e documentos oficiais da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Paranavaí (SMELP) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Universidade Estadual de Maringá (GEPPOL/UEM). As ações foram organizadas em três etapas: Pré-conferência, Conferência propriamente dita e Pós-conferência.

Resultados e discussão: Na Pré-conferência, destacaram-se o diagnóstico da realidade esportiva local, a elaboração do decreto de convocação, a definição do regimento e do texto-base, a ampla divulgação do evento, adequação da infraestrutura e convite ao palestrante e autoridades. A Conferência propriamente dita, com 79 participantes, entre gestores, professores, estudantes, atletas e representantes da sociedade civil, desenvolveu inicialmente discussões em separado dos quatro eixos temáticos — Formação Esportiva, Excelência Esportiva, Esporte para Toda a Vida e Conselho e Fundo Municipal de Esporte — culminando em uma plenária final onde aprovou-se propostas consolidadas no Plano Decenal do Esporte e Lazer de Paranavaí. A etapa de Pós-conferência abrangeu a sistematização documental, o encaminhamento do plano à Câmara Municipal e a aplicação de um questionário avaliativo junto aos participantes, cujos resultados apontaram como principais avanços a ampliação do diálogo entre poder público e sociedade civil, a legitimação do processo participativo e o fortalecimento da política esportiva local. **Considerações Finais:** Conclui-se que a experiência de Paranavaí demonstrou a viabilidade e relevância das conferências municipais como instrumentos de governança, capazes de gerar impactos duradouros na cultura participativa e na institucionalização das políticas de esporte e lazer. A sistematização apresentada oferece subsídios metodológicos para gestores e pesquisadores interessados em replicar processos similares, contribuindo para a consolidação de uma política esportiva nacional mais democrática, descentralizada e efetiva.

Palavras-chave: Políticas públicas de esporte. Participação. Gestão municipal. Conferências municipais.

Abstract

Introduction: The present experience report aims to describe and analyze the planning, implementation, and evaluation process of the 1st Municipal Conference on Sport and Leisure of Paranavaí (PR), held in 2024, through a qualitative and descriptive approach. **Methodology:** The methodology consisted of systematizing information derived from meeting minutes, reports, decrees, participant observations, and official documents from the Municipal Secretariat of Sport and Leisure of Paranavaí (SMELP) and the Research Group on Sport and Leisure Policies of the State University of Maringá (GEPPOL/UEM). The actions were organized into three stages: Pre-Conference, Conference, and Post-Conference. **Results and discussion:** The Pre-Conference phase included the diagnosis of the local sports reality, drafting of the convocation decree, definition of the regulations and base text, broad dissemination of the event, infrastructure preparation, and invitation of the keynote speaker and authorities. The Conference itself gathered 79 participants, including managers, teachers, students, athletes, and civil society representatives. Discussions were initially held in four thematic groups — Sports Training, Sports Excellence, Sport for Life, and the Municipal Sports Council and Fund — culminating in a final plenary session that approved proposals consolidated in the Ten-Year Plan for Sport and Leisure of Paranavaí. The Post-Conference stage involved the documentation systematization, submission of the plan to the City Council, and application of an evaluative questionnaire to participants. The results highlighted as main achievements the expansion of dialogue between public authorities and civil society, the legitimization of the participatory process, and the strengthening of local sports policy. **Final Considerations:** It is concluded that the Paranavaí experience demonstrated the feasibility and relevance of municipal conferences as instruments of governance, capable of generating lasting impacts on participatory culture and on the institutionalization of sport and leisure policies. The systematization presented provides methodological insights for managers and researchers interested in replicating similar processes, contributing to the consolidation of a more democratic, decentralized, and effective national sports policy.

Keywords: Public sports policies. Participation. Municipal management. Municipal conferences.

Resumen

Introducción: El presente relato de experiencia tiene como objetivo describir y analizar el proceso de planificación, ejecución y evaluación de la I Conferencia Municipal de Deporte y Recreación de Paranavaí (PR), realizada en 2024, a partir de un enfoque cualitativo y descriptivo. **Metodología:** La metodología consistió en la sistematización de información proveniente de actas, informes, decretos, observaciones participantes y documentos oficiales de la Secretaría Municipal de Deporte y Recreación de Paranavaí (SMELP) y del Grupo de Estudios e Investigación en Políticas de Deporte y Recreación de la Universidad Estatal de Maringá (GEPPOL/UEM). Las acciones se organizaron en tres etapas: Preconferencia, Conferencia y Posconferencia. **Resultados y discusión:** En la Preconferencia se destacaron el diagnóstico de la realidad deportiva local, la elaboración del decreto de convocatoria, la definición del reglamento y del texto base, la amplia difusión del evento, la adecuación de la infraestructura y la invitación de ponentes y autoridades. La Conferencia, con 79 participantes entre gestores, docentes, estudiantes, atletas y representantes de la sociedad civil, desarrolló inicialmente discusiones por los cuatro ejes temáticos —Formación Deportiva, Excelencia Deportiva, Deporte para Toda la Vida y Consejo y Fondo Municipal de Deporte—, culminando en una plenaria final donde se aprobaron propuestas consolidadas en el Plan Decenal de Deporte y Recreación de Paranavaí. La Posconferencia abarcó la sistematización documental, el envío del plan al Concejo Municipal y la aplicación de un cuestionario evaluativo a los participantes. Los resultados evidenciaron como principales avances la ampliación del diálogo entre el poder público y la sociedad civil, la legitimación del proceso participativo y el fortalecimiento de la política deportiva local. **Consideraciones finales:** Se concluye que la experiencia de Paranavaí demostró la viabilidad y relevancia de las conferencias municipales como instrumentos de gobernanza, capaces de generar impactos duraderos en la cultura participativa y en la institucionalización de las políticas de deporte y recreación. La sistematización presentada ofrece insumos metodológicos para gestores e investigadores interesados en replicar procesos similares, contribuyendo a la consolidación de una política deportiva nacional más democrática, descentralizada y efectiva.

Palabras Clave: Políticas públicas de deporte. Participación. Gestión municipal. Conferencias municipales.

Introdução

Atendendo às diretrizes de um modelo democrático de governo, no Brasil, especialmente a partir da elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988, as Conferências de Políticas Públicas consolidaram-se como espaços fundamentais de participação social, com base nos princípios da descentralização e da democratização da gestão estatal. Tais conferências têm como característica central o diálogo entre sociedade civil e poder público, orientando-se para a formulação, avaliação e monitoramento de políticas em diferentes áreas sociais. Nesse sentido, foram progressivamente incorporadas em todo o território nacional, contemplando distintos campos da política pública, como saúde, educação e esporte, entre outros (Almeida, Martinelli & Coelho, 2021; Romão & Martelli, 2020; Castelan, 2011).

No âmbito específico do esporte e do lazer, as conferências reúnem representantes do poder público, da sociedade civil organizada, de clubes, associações e federações, bem como professores de Educação Física, atletas, dirigentes esportivos e usuários de equipamentos esportivos. Configuram, portanto, uma assembleia plural, que favorece a inclusão das demandas locais nas agendas institucionais (Romão & Martelli, 2020; Bardal, Pessali & Gomes, 2021).

O processo de institucionalização das conferências de esporte no Brasil, está relacionado à criação do Ministério do Esporte em 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2004, foi realizada a I Conferência Nacional do Esporte, instituída pelo Decreto de 21 de janeiro e regulamentada pela Portaria nº 13, de 3 de fevereiro (Brasil, 2004). Com o tema “*Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano*”, esse evento seguiu o formato escalonado, com etapas municipais, estaduais e distrital, culminando no encontro nacional em Brasília, de 17 a 20 de junho de 2004. Estima-se que 80 mil pessoas tenham participado desse processo, o que lhe conferiu amplitude e legitimidade inéditas (Castelan, 2011; Guedes et al., 2011). O evento foi interpretado como um marco simbólico e político, pois institucionalizou o esporte e o lazer como objeto de políticas públicas e o associou ao campo dos direitos sociais (Castelan, 2011; Galindo, 2016).

A II Conferência Nacional do Esporte, realizada em maio de 2006, reforçou a compreensão do esporte e do lazer como dimensões do direito à cidadania e propôs a criação de um Estatuto do Esporte que previa a criação do Fundo de Promoção do Esporte Educacional e de Base (FUNDESPORTE). Após duas conferências voltadas à democratização do esporte e do lazer como direito social, após quatro anos, em junho de 2010, aconteceu a III Conferência Nacional do Esporte na qual, a pauta nacional passou a privilegiar o esporte de alto rendimento, especialmente em função da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O debate deslocou-se para a projeção internacional do Brasil como potência esportiva, materializada na proposta de um Plano Decenal do Esporte, “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” (Castelan, 2011; Guedes et al., 2011).

Essas três conferências nacionais formaram um legado institucional importante, ao criarem uma diversidade de propostas debatidas em diferentes esferas, ao mesmo tempo em que se tornaram rituais de legitimação das políticas (Petinelli, 2017).

Embora as primeiras análises apontem aspectos positivos na realização das Conferências Nacionais de Esporte, a sequência histórica evidencia um progressivo desinteresse político pela continuidade dessa política participativa, sobretudo após a III Conferência, marcada pela priorização do esporte de alto rendimento e pelo financiamento de grandes eventos esportivos. Como observa Castellani Filho (2010), “aquilo que era central na 2^a Conferência se mistura a outros eixos de debate, numa clara perda de importância facilmente compreendida pela ausência de disposição dos senhores dos anéis”. Nesse contexto, diversos fatores podem ter contribuído para a interrupção de sua realização. Entre eles, destacamos a mudança de paradigma da política esportiva, que reduziu a participação social em prol da agenda dos megaeventos. A fragilidade institucional, a falta de estrutura organizativa, a ausência de mecanismos que assegurassem a efetiva incorporação das deliberações das conferências aos instrumentos legais e orçamentários, assim como a mudança de prioridades nas gestões governamentais subsequentes. (Castellani Filho, 2010; Castelan, 2011; Guirra, Carneiro & Castellani Filho, 2021).

Com o intuito de retomar as atividades das conferências, visando a reestruturação da Política de Esportes e Lazer no Brasil, a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) incorporou formalmente as conferências ao ordenamento jurídico, determinando sua realização a cada quatro anos, em todas as esferas federativas, e vinculando-as à formulação dos planos decenais de esporte (Brasil, 2023). Considerando a necessidade de atender a esta demanda, após passados quinze anos da realização da última Conferência Nacional, muitos municípios demonstram certa dificuldade em saber como proceder, uma vez que historicamente o campo esportivo não possui a cultura de participação.

Em nível municipal, as conferências e os Conselhos Municipais de Esporte (CMEs) configuram-se como os espaços mais próximos do cotidiano da população. Esses conselhos, compostos por representantes governamentais e não governamentais, exercem funções consultivas, fiscalizadoras e, em alguns casos, deliberativas. Entretanto, pesquisas revelam fragilidades recorrentes: muitos municípios não implementaram efetivamente seus conselhos ou os mantêm de forma inativa; outros não dispõem de recursos humanos qualificados ou fundos próprios para financiar políticas esportivas (Starepravo & Mezzadri, 2007; Bardal, Pessali & Gomes, 2021; Ordonhes et al., 2024). Embora o esporte tenha se desenvolvido historicamente a partir de uma parceria entre o poder público e entidades da sociedade civil, não há um histórico e uma cultura de participação popular. Isso leva a um despreparo das pessoas em lidar com a possibilidade de participação no campo do esporte.

Com o objetivo de verificar a participação popular na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná, Ordonhes et al. (2024) verificaram que, dos 399 municípios paranaenses, apenas 78 (19,5%) possuíam Conselhos Municipais de Esporte, enquanto 321 (80,5%)

não contavam com esse órgão. Apesar disso, em 284 municípios (71,2%), a participação de membros externos nos processos de formulação de políticas era admitida, ainda que sem institucionalização formal.

Com o intuito de garantir a participação de todos os municípios do estado no novo Plano Decenal de Esporte, o Governo do Estado do Paraná estruturou a Conferência Estadual do Esporte em cinco regiões macrorregionais (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Toledo), de modo a integrar diferentes realidades locais. Esse processo resultou na formulação do Plano Decenal do Esporte do Paraná (2026–2035), construído em colaboração com as sete universidades estaduais, a Universidade Federal do Paraná, a comunidade esportiva e a sociedade civil (Paraná, 2025a; Paraná, 2025b). O plano busca assegurar o acesso universal ao esporte, ampliar a diversidade de modalidades praticadas, fortalecer o desenvolvimento social e econômico e regulamentar o uso do Fundo Estadual do Esporte.

Vale destacar aqui que alguns municípios do estado têm buscado manter a realização das conferências em nível municipal, como é o caso de Londrina, que realizou a II Conferência Municipal de Esporte e Lazer em 2022 (Fórum Esporte Londrina, 2022); Pinhais realizou sua I Conferência Municipal em 2024 (Prefeitura de Pinhais, 2024); Rolândia que organizou sua conferência inaugural em julho de 2025 (Prefeitura de Rolândia, 2025) e Paranavaí que realizou I Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Paranavaí (I CMELP).

A conferência realizada em Paranavaí, município localizado no Noroeste do Paraná e com população estimada em pouco mais de 96 mil habitantes, cujo órgão responsável pelo esporte é a Secretaria de Esportes e Lazer de Paranavaí, será utilizada como objeto deste estudo.

Diante desse contexto, o presente artigo tem por objetivo descrever o processo de planejamento, execução e avaliação da I CMELP. Busca-se, ainda, orientar possíveis grupos de trabalho que se propuserem a organizar conferências em outras cidades brasileiras, contribuindo para o fortalecimento e consolidação de uma política esportiva mais democrática, inclusiva e efetiva.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e qualitativa, cujo objetivo foi sistematizar os procedimentos operacionais adotados na organização e realização da I CMELP, realizada em 2024.

O relato foi estruturado a partir das atas das reuniões preparatórias e da observação participante dos pesquisadores, que atuaram tanto no processo de planejamento quanto na execução e acompanhamento da Conferência, etapas realizadas em conjunto entre a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Paranavaí (SMEP) e o GEPPOL/UEM.

As fontes de informação utilizadas compreenderam:

- a) Decreto Municipal nº 26.565/2024, que convocou a Conferência;
- b) Plano Municipal de Esportes de Paranavaí – PR;
- c) Regimento da Conferência e programação oficial do evento;
- d) Atas de reuniões e relatórios produzidos pela Comissão Organizadora;
- e) Observação e anotações dos pesquisadores durante as diferentes etapas (Pré-conferência, Conferência propriamente dita e Pós-conferência).
- f) Projeto do Plano Decenal para o Esporte e Lazer de Paranavaí (documento fruto das deliberações da I CMELP)

A sistematização do relato seguiu uma organização cronológica de três etapas: **Pré-conferência, Conferência propriamente dita e Pós-conferência.**

A análise das informações ocorreu de forma descriptiva e reflexiva, buscando identificar elementos que possam servir como referência prática e replicável para outros municípios que desejem realizar conferências de esporte e lazer.

Resultados e Discussão

Aplicando-se ao contexto da I CMELP, a **Pré-conferência** refere-se às ações preparatórias ao evento, tais como: procedimentos legais, diagnóstico preliminar local para identificação dos problemas sociais voltado ao desenvolvimento do esporte no município, divulgação e logística para a realização da Conferência.

Todavia, é importante ressaltar que a I CMELP foi fruto de uma inquietação particular do então Secretário de Esportes de Paranavaí, Rafael Octaviano de Souza, ao sugerir que esta temática fosse pautada em reunião do Conselho Municipal de Esporte de Paranavaí (CMEP). O conselho aprovou a convocação da I CMELP e solicitou ao Poder Executivo que a formalizasse por meio de um Decreto Municipal, com uma antecedência mínima de 15 dias da data pré-acordada. O decreto foi publicado no dia 30 de julho de 2024 sob o número 26565/2024 (Paranavaí, 2024).

A partir da publicação do decreto iniciam-se as ações relacionadas à etapa que denominamos Pré-conferência. A partir do contato entre o já nominado Secretário do Esporte e Lazer de Paranavaí da época e o Coordenador do GEPPOL/UEM, Professor Doutor Fernando Augusto Starepravo, acordou-se uma parceria e definiu-se uma Comissão Organizadora, composta por uma mescla de membros do GEPPOL/UEM e funcionários da SMELP. Nesta Comissão Organizadora o GEPPOL/UEM esteve representado por 13 membros e um grupo de 11 alunos do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá se voluntariou para auxiliar nas atividades de recepção,

credenciamento e comunicação visual. Pelo lado da SMELP, três funcionários ajudaram na parte da estrutura física e material.

Para o planejamento inicial foram realizadas reuniões presenciais e *online*. Durante essas reuniões (realizadas em 02 e 06 de agosto de 2024), foram firmados data e horário para realização da I CMELP, agenda para formulação do regimento para a Conferência e dos textos-base, assim como determinado o local para realização da Conferência no município. Para melhor organização do evento, a Comissão Organizadora definiu o cronograma das atividades da Conferência, e se dividiu em comissões e funções pré-estabelecidas: comissão científica, comissão da infraestrutura, *coffee-break*, secretaria, credenciamento, comissão responsável pela organização do palco e microfones, comissão de comunicação, e relatores.

Outra tarefa importante, a Pré-conferência está ligada ao diagnóstico da cultura esportiva do município que pode ser realizado por meio de dados estatísticos já existentes, reuniões setoriais com profissionais ou usuários dos serviços prestados pelo município, documentos e redes sociais. Estes dados e diálogos prévios foram o ponto de partida para a elaboração do texto base discutido na Conferência, caso não haja um documento das instâncias federal ou estadual. Para esse diagnóstico foi utilizado o Plano Municipal de Esportes de Paranavaí, o qual, em boa medida, serviu como subsídio para a comissão científica do GEPPOL/UEM elaborar o texto base da I CMELP. Esse texto serviu de documento norteador para a realização dos debates e discussões durante a Conferência.

Não obstante, a conferência deve ser regida por regras, as quais devem estar previstas em um regimento específico previamente elaborado pela Comissão Organizadora. Minimamente em um regimento precisam constar: programação do que vai acontecer, data e local da realização, qual a metodologia a ser utilizada durante a conferência, pré-requisitos para participar, processo de credenciamento, sistema de votação e normativas gerais sobre os procedimentos. A proposta do regimento da I CMELP foi elaborada previamente pela Comissão Organizadora.

Ainda na etapa Pré-conferência, entende-se que a divulgação é uma ação importante a ser realizada antes da conferência, pois, por meio dela, deve-se assegurar a ampla participação de representantes e interessados das mais variadas entidades ligadas ao esporte e lazer, bem como usuários de programas e projetos esportivos sob a responsabilidade do poder público municipal.

Se de um lado a publicização em um órgão oficial, conforme apresentado anteriormente, garante normativamente que a informação se torne pública, ela deve ser aliada a outras formas, tais como publicação em redes sociais, mala direta via *e-mail*, cartazes e releases para a imprensa local, assim como realizado em Paranavaí. Esse tipo de contato ajudou a garantir a presença dos participantes, mas foi importante realizar o convite formal às autoridades e ao palestrante.

Junto com a divulgação do evento foi disponibilizado um formulário de inscrição aos possíveis participantes, no qual além de dados pessoais deveriam optar pela participação em um dos seguintes eixos temáticos pré-definidos pela Comissão Organizadora: Formação Esportiva (FE),

Excelência Esportiva (EE), Esporte para Toda Vida (EPTV) ou Conselho Municipal do Esporte e Fundo Municipal do Esporte (CFME) e informar se estava representando alguma instituição ou entidade esportiva. Qualquer cidadão interessado no esporte também teve seu direito de participação ativa, com direito à voz e voto durante a Conferência.

Previamente, para a parte estrutural foram feitas as reservas de salas para cada eixo temático, um espaço maior para a plenária final, providenciado projetor multimídia e a comunicação visual para orientação dos participantes.

A segunda etapa, a **Conferência propriamente dita**, referiu-se às atividades realizadas no dia da Conferência (figura 01), incluindo a dinâmica de funcionamento dos eixos temáticos, mediação e plenária final. A seguir serão relatadas as ações referentes à Conferência propriamente dita, por meio da descrição das atividades realizadas no dia do evento.



Figura 01 – Atividades a serem realizadas durante as conferências. Fonte: Os autores

Ao chegarem ao local do evento, os participantes foram orientados a assinar a lista de presença da Conferência. No mesmo local foi feita a distribuição dos crachás aos participantes credenciados, os quais foram utilizados *a posteriori* como uma forma de identificar os votantes durante os momentos de votação.

A Conferência teve início com um ceremonial breve de introdução ao evento, que foi seguido pela leitura e votação para aprovação do regimento da I CMELP pelos participantes. A primeira parte da Conferência ainda foi destinada a apresentar conceitos teóricos aos participantes, por meio de

uma palestra proferida pelo Dr. Dilson Quadros, servidor da Secretaria de Esporte do Estado do Paraná, sobre os diferentes níveis de prática esportiva.

Na sequência, a I CMELP foi dividida em outros dois momentos. Primeiro, a discussão em câmara temática a partir dos 4 eixos e, segundo, uma plenária final, com a participação de 79 pessoas, registradas a partir de lista de presença. Entre os participantes, estavam professores de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação, professores universitários, estudantes de graduação, vereadores, membros de associações esportivas e a população em geral. No eixo temático CFME inscreveram-se 15 participantes; no eixo EPTV, 12 pessoas; na EE, 13 participantes; e no eixo FE, 39 participantes.

A escolha dos participantes pelos eixos temáticos nas câmaras ocorreu mediante suas afinidades e interesses, os quais foram indicados no momento da inscrição, conforme explicitado anteriormente. A procura maior pelo eixo FE pode ser explicada pela tendência em municípios de pequeno e médio porte terem este escopo de atuação como mais frequente.

Para a realização das discussões em cada câmara, havia um membro do GEPPOL/UEM escalado para mediar a atividade, o qual leu todas as propostas formuladas previamente para aquele eixo, e os participantes poderiam sugerir alterações antes das mesmas serem votadas. Além das propostas iniciais, os conferencistas podiam sugerir novas ações ou alterações para serem votadas. O relator de cada sala tinha a função de anotar todas as decisões colegiadas para que as mesmas fossem posteriormente apreciadas na plenária final.

Para finalizar esta segunda etapa, os participantes dos quatro eixos se reuniram na plenária final e um relator leu as propostas de todos os eixos, acolheu as sugestões e formulou as questões a serem votadas. Para cada proposta, foi anotado o resultado da votação dos participantes. É importante que o relator faça uma mediação do tempo para que as pessoas não se estendam e nem divaguem em suas intervenções e prolonguem demasiadamente a Conferência.

A etapa de **Pós-conferência** referiu-se à organização documental, sistematização das propostas aprovadas e encaminhamento para os trâmites de publicização legal da proposta do Plano Decenal Municipal de Esporte, realizados após a I CMELP. Ao final do evento, a Comissão Organizadora realizou o levantamento e a organização dos documentos, tais como: lista de presença dos participantes e o relatório contendo as decisões da plenária, a fim de preparar o relatório final.

O relatório final da I CMELP resultou no documento denominado proposta de Plano Decenal para o Esporte e Lazer de Paranavaí, o qual foi encaminhado, via ofício 057/2024 da SMEP, assinado pelo Secretário de Esportes e Lazer de Paranavaí e endereçado à Câmara Municipal de Paranavaí para que fosse utilizado como documento norteador para os agentes públicos do esporte. As metas aprovadas em cada eixo temático estão expressas na Tabela 01.

Tabela 01- Metas aprovadas na I CMELP por eixo temático

Eixo	Metas aprovadas
Formação Esportiva	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que 100% das crianças e adolescentes do município tenham acesso a atividades esportivas regulares e de qualidade em até 10 anos. - Assegurar que os profissionais de educação física e treinadores(as) estejam bem preparados para oferecer iniciação esportiva de qualidade às crianças e adolescentes. - Garantir que 100% das instalações esportivas do município sejam adequadas, acessíveis, seguras e bem conservadas desde o início de vigência deste plano. - Garantir que os recursos públicos, em consonância com o que indica a legislação, sejam aplicados prioritariamente na formação esportiva e no esporte educacional.
Excelência Esportiva	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e desenvolver talentos esportivos. - Garantir a participação e representatividade do esporte de Paranavaí no nível competitivo. - Prover instalações esportivas equipadas para atender às necessidades dos atletas de alto rendimento, revitalizar e adequar as instalações esportivas existentes. - Garantir a participação de mulheres e pessoas com deficiência no esporte de rendimento seja como atletas, treinadores(as) ou gestores(as). - Assegurar que atletas, treinadores(as), preparadores físicos e outros profissionais esportivos possuam formação e treinamento de excelência
Esporte para Toda Vida	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar mapeamento do número de praticantes de atividade física do município, para que sejam balizadores das novas metas. - Incentivar a prática regular de atividades físicas e esportivas em todas as fases da vida, desde a infância até a terceira idade, promovendo um aumento de 10% da população considerada fisicamente ativa, baseado nos dados dos relatórios realizados. - Incentivar e facilitar a criação e manutenção de clubes, associações esportivas, eventos e demais ações voltadas ao esporte para toda a vida.
Conselho e Fundo Municipal do Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Manter e potencializar as ações do Conselho Municipal de Esportes. - Estruturar e manter o Fundo Municipal de Esportes. - Determinar o percentual de recursos públicos voltados ao esporte de Paranavaí.

Por fim, foi realizada ainda na última etapa uma avaliação da I CMELP, por meio da qual foi possível perceber a análise dos participantes sobre o evento. Para tal, foi solicitado que os participantes e organizadores respondessem a um formulário (*via Google Forms*). Em relação aos pontos positivos, foi destacada, tanto pelos conferencistas participantes quanto pelos membros da Comissão Organizadora, a importância da realização de tal evento para o desenvolvimento do esporte e lazer municipal. Em relação às críticas apontadas, foi solicitado o envio do texto base aos conferencistas com tempo hábil, anteriormente à realização da Conferência, para análises dos mesmos, bem como a impressão física do documento, para o acompanhamento individual, além da projeção do texto de modo coletivo conforme foi realizado nas câmaras temáticas e na plenária final do I CMELP. Entende-se que tais feedbacks podem ser utilizados como pontos de melhoria em posteriores realizações de conferências municipais.

Considerações finais

A I CMELP mostrou-se um importante espaço democrático de participação social dos municíipes de Paranavaí sobre as questões do esporte e lazer e mobilizou diferentes atores sociais ligados ao esporte e lazer, tais como gestores, atletas, técnicos, professores, profissionais de áreas afins, usuários dos serviços e entidades ligadas ao esporte e lazer. O evento contribuiu para legitimar as políticas públicas municipais alinhadas à Lei Geral do Esporte, por meio de elaboração de propostas coletivas que podem subsidiar planos e políticas municipais de esporte e lazer.

A sistematização dos procedimentos (pré, durante e pós) fornece um roteiro metodológico replicável para outros municípios. A experiência evidencia a necessidade de planejamento detalhado, seja por exigência legal ou organizacional, uma vez que há necessidade de decreto de convocação, elaboração de regimento, publicização e organização logística. Espera-se que este relato colabore com os gestores esportivos municipais a organizar suas conferências municipais de esporte, munindo-os de procedimentos operacionais padronizados para que possam realizar boas práticas, diminuir possíveis falhas e maximizar o potencial de contribuições dos atores envolvidos no esporte e lazer para com a definição dos rumos futuros da área em questão. Ressalta-se que municípios de diferentes portes e realidades deverão adaptar a conferência ao seu contexto, sendo que a logística de organização pode ser mais ou menos complexa, mas os procedimentos serão bem similares. O modo colaborativo de organização envolvendo a gestão pública municipal e a universidade mostrou-se uma opção válida.

É preciso reconhecer que a institucionalização das conferências como instrumento de gestão será gradativa e enfrentará desafios ligados a implementação prática das proposições aprovadas. O caso de Paranavaí demonstra que as conferências municipais devem ser compreendidas como parte de um processo contínuo de construção coletiva de políticas públicas de esporte nos municípios.

Agradecimentos e Financiamentos

Agradecimentos à Secretaria de Esportes e Lazer de Paranavaí, aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Universidade Estadual de Maringá (GEPPOL/UEM) e aos alunos voluntários do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá que atuaram como voluntários no *staff* da Conferência.

Referências Bibliográficas

- Almeida, C., Martelli, C. G., Coelho, R. (2021). Os papéis das instituições participativas na estruturação das políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*. (35). DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.244194>
- Barddal, F. M. E., Pessali, H. F., & Gomes, B. M. A. (2021). Conselhos municipais de esportes das capitais brasileiras e o exercício da participação. *Revista da ALESDE*, 13(1), 257–279. DOI: <https://doi.org/10.5380/jlasss.v13i1.79825>

- Brasil. (2023). Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. *Institui a Lei Geral do Esporte*. Diário Oficial da União, Brasília.
- Brasil. Ministério do Esporte. (2004). Portaria nº 13, de 3 de fevereiro de 2004. *Dispõe sobre a realização da I Conferência Nacional do Esporte*. Diário Oficial da União, Brasília.
- Castelan, L. P. (2011). *As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003–2010)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Castellani Filho, L. (2010). III Conferência Nacional de Esporte e Lazer: intervir é preciso. *Universidade do Futebol*. Recuperado de <https://universidadedofutebol.com.br/2010/06/17/iii-conferencia-nacional-de-esporte-e-lazer-intervir-e-preciso/>
- Fórum Esporte Londrina. (2022). *2ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Londrina*. Londrina: Fórum Esporte Londrina.
- Galindo, A. G. (2016). Conferências como rituais: mudança na abrangência das proposições geradas durante o I Ciclo de Conferências de Esporte do Estado do Amapá. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 9(2), 09–41.
- Guedes, K. N. A. A., Lins, M. G., Antonio, M. W. Miguel, R. G., Dangui, J., Starepravo, F. A. (2011). Reflexões sobre a 3ª Conferência Nacional de Esporte. In *Anais do XVIII CONBRACE e IV CONICE 2011*. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. https://www.researchgate.net/publication/341372331_REFLEXOES_SOBRE_A_3_CONFERENCIA_NACIONAL_DE_ESPORTE
- Guirra, F. J. S., Carneiro, F. H. S., & Castellani Filho, L. (2021, setembro). O ocaso da política esportiva brasileira no governo Bolsonaro. In *Anais do IX CONICE / CONBRACE 2021*. Congresso Sul-Brasileiro de Ciências do Esporte / CBCE. <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2021/9conice/paper/viewFile/15013/8341>
- Ordonhes, M. T., Zamboni, K. J., Souza, J. V. M., Mezzadri, F. M., Cavichioli, F. R. (2024). A participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, 29, e024019. <https://doi.org/10.12820/rbafs.29e0339>
- Paraná. Secretaria de Estado do Esporte. (2025a). *Plano decenal do esporte do Paraná (2026–2035): diretrizes e metas*. Curitiba: SEES.
- Paraná. Secretaria de Estado do Esporte. (2025b). *Relatório final da Conferência Estadual do Esporte do Paraná*. Curitiba: SEES.
- Paranavaí. (2024). Decreto nº 26.565, de 30 de julho de 2024. Prefeitura Municipal de Paranavaí.
- Petinelli, V. (2017). A quem servem as conferências de políticas públicas? Desenho institucional e atores beneficiados. *Opinião Pública*, 23(3), 612–646. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017233612>
- Prefeitura de Pinhais. (2024). *1ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Pinhais*. Pinhais: Secretaria Municipal de Esporte.

Prefeitura de Rolândia. (2025). *1ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Rolândia*. Rolândia: Secretaria Municipal de Esporte.

Romão, W. M., & Martelli, C. G. (2020). Gênero e participação em nível local: estudo sobre conferências legislativas de políticas públicas. *Revista de Sociologia e Política*, 28(76), 1–18.

Starepravo, F. A., & Mezzadri, F. M. (2007). Conselhos Municipais de Esporte e Lazer e Outras Formas de Participação Direta no Estado do Paraná. *Coleção Pesquisa em Educação Física*. 5(1), 193–198.

Recebido em: outubro de 2025

Aprovado em: fevereiro de 2026

A Revista de Gestão e Negócios do Esporte utiliza o [Open Journal Systems](#) (versão 3.3.0.9), sistema open source, preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.
